

## **TERRA IGNOTA: SERTÃO, MEMÓRIA E ORALIDADE**

### **NA OBRA DE EUCLIDES DA CUNHA**

Raimundo Nonato Pereira Moreira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

[raimundononatopereiramoreira@yahoo.com.br](mailto:raimundononatopereiramoreira@yahoo.com.br)

Conforme assinalou Amado (1995, p. 145), no conjunto da história do Brasil, tanto no que se refere ao senso comum, quanto ao pensamento social e mesmo em relação ao imaginário, poucos vocábulos têm sido tão relevantes, para designar uma ou mais regiões, quando o de “sertão”. Conhecida desde a chegada dos portugueses ao Novo Mundo, a palavra, cinco séculos depois, permanece viva no pensamento e no cotidiano brasileiro, materializando-se, de norte a sul do país, como a mais importante categoria espacial. Entre os nordestinos, o termo é tão crucial, preñado de tantos significados, que, sem ele, a própria idéia de “Nordeste” se esvazia, carente de uma das suas referências essenciais.

De acordo com a mesma autora, sertão é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto da historiografia nacional. Assim, a palavra esteve presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que estiveram e descreveram os territórios da Colônia e até nas primeiras tentativas de uma escrita da história das novas terras – como a que tentou realizar Frei Vicente do Salvador (1564-1639?), em sua *História do Brasil* (1627).

No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, “sertão” chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira (Ibid., p. 146).

Por um lado, os historiadores reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e identificados com a historiografia ali produzida, a exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Capistrano de Abreu (1853-1927) e Oliveira Viana (1883-1957), utilizaram e refinaram o conceito. Por outro,

autores relevantes no contexto do século XX, como Euclides da Cunha (1866-1909), Nelson Werneck Sodré (1911-1999), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Cassiano Ricardo (1895-1974), trabalharam, de maneiras distintas, com a categoria sertão. “Vivido como experiência histórica, ‘sertão’ constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação” (Ibid.).

O sertão ocupa, ainda, um lugar de destaque na literatura brasileira, representando um tema central nas elaborações literárias populares, especialmente nas diversas modalidades da tradição oral e no cordel – além, evidente, das diferentes correntes da literatura culta. Assim, estudiosos do porte de Afrânio Coutinho (1911-2000) e Antonio Candido apontaram que o sertão freqüenta, assiduamente, a literatura brasileira desde a poesia dos românticos do século XIX – Álvares de Azevedo (1831-1852), Junqueira Freire (1832-1855) e Castro Alves (1847-1871) –, passando pela prosa de Bernardo Guimarães (1825-1884) e José de Alencar (1829-1877), autor de *O sertanejo* (1875), atingindo enorme relevância nos escritores realistas como Franklin Távora (1842-1888), Coelho Neto (1864-1934) e Afonso Arinos (1868-1918). Ademais, grande porção da “literatura regionalista” teve (ou tem) o sertão como *locus*, ou se refere diretamente a ele. Sobre o ponto em questão, coube à “geração de 1930”, representada por Graciliano Ramos (1892-1953), Raquel de Queirós (1910-2003), José Lins do Rego (1901-1957) e Jorge Amado (1912-2001), construir literariamente os conturbados sertões nordestinos, de forte conotação social. Por fim, como não mencionar João Guimarães Rosa (1908-1967), o criador dos sertões misteriosos, míticos, ambíguos, localizados nos espaços externos e internos? Em síntese: “A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro” (Ibid.).

Mas, para retomar a questão formulada por Lima (1999, p. 57), afinal, o que é o sertão? Para Amado (op. cit., p. 147), talvez desde o século XII (e com certeza desde o XV), os lusitanos empregavam a palavra, grafando-a “sertão” ou “certão”, referindo-se às áreas localizadas dentro de Portugal, contudo, distantes de Lisboa. Não obstante, a partir do século XV, utilizaram-na também para nomear espaços vastos, interiores,

situados dentro das terras recentemente conquistadas ou fronteiriças às mesmas, acerca dos quais pouco ou nada sabiam. Assim, “sertão” ou “certão” resultaria de uma corruptela de “desertão”, ou, de acordo com outras explicações, proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). No mais, desde o século XVI, ambas as grafias foram empregadas por diversos viajantes do império português na África, Ásia e América, com o sentido de nomear grandes espaços interiores completamente ou quase desconhecidos.

Largamente utilizada pela Coroa e pelas autoridades coloniais portuguesas, o vocábulo sertão, no início do século XIX, estava de tal modo integrado à linguagem empregada no Brasil, que viajantes estrangeiros, como Augustin de Saint-Hilaire (1779-1853), registraram a palavra, empregando-a, diversas vezes, em seus relatos – a exemplo da menção do naturalista francês aos “vastíssimos sertões goianos”. Portanto, no Brasil, às vésperas da Independência, sertão ou sertões constituía noção difundida e carregada de significados, denotando “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios selvagens e animais bravios, sobre as quais as autoridades detinham pouca informação e controle insuficiente. Ou, ainda, os vastos espaços interiores, desconhecidos, longínquos e pouco habitados, também eram vistos como inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, povoados por bárbaros, hereges e infiéis, regiões nas quais ainda não estavam presentes as benesses da religião, da civilização e da cultura. Portanto, o sertão, conceito elaborado pelos colonizadores e carregado de significados negativos, foi construído a partir do litoral.

Por isso, desde os primeiros anos da Colônia, acentuando-se com o passar do tempo, “litoral” e “sertão” representaram categorias ao mesmo tempo opostas e complementares. [...] Ambas foram categorias complementares porque, como em um *jogo de espelhos*, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), “sertão” esvaziava-se de sentido, tornando-se ininteligível, e vice-versa [...] (Ibid., p. 147-148).

A partir das reflexões anteriormente esboçadas, pode-se, enfim, discutir a presença da tríade memória, sertão e oralidade na obra de Euclides da Cunha. Inicialmente, assinala-se que as referências do escritor caboclo aos espaços distantes em relação ao litoral antecederam ao processo de escritura da sua obra maior –

significativamente denominada *Os Sertões* (1902). Assim, na poesia euclidiana, as alusões ao sertão e aos sertões precederam os acontecimentos dramáticos da Guerra de Canudos (1896-1897). É o que se constata nos poemas de feição romântica e ultraromântica “A cruz da estrada” e “Último canto”, compostos em 1884. No que se refere ao primeiro texto, o jovem bardo, explicitando uma torrente de sentimentos que o tomam, sugeria a um amigo uma viagem pelos espaços desconhecidos, a partir das seguintes fórmulas: “Se vagares um dia nos sertões”, “Se nos sertões vagares algum dia” e “Se acaso um dia nos sertões vagares”. Já na segunda elaboração, o futuro escriba de um livro que acreditava “vingador” dos sertanejos do *Belo Monte*, identificava-se como “filho lá dos sertões” (CUNHA, 2009, p. 141-142, 205). Contudo, mais significativo ainda é o poema “As Catas”, redigido em 1895, na cidade de Campanha, interior de Minas Gerais, e, posteriormente, dedicado ao amigo Coelho Neto, em 1903. Assim, na contramão daqueles que buscavam as vastas capitais (como Paris e Londres) ou as cidades fabris (a exemplo de Gand e Essen), o eu lírico euclidiano consignava:

Não invejo, porém, os que vão  
Buscando, mar em fora,  
De outras terras a esplêndida visão...  
Fazem-me mal as multidões ruidosas  
E eu procuro, nesta hora,  
Cidades que se ocultam majestosas  
Na tristeza solene dos sertões (Ibid., p. 273-274).

Não obstante, um *choque de civilizações*, em pleno interior baiano, estabeleceu vínculos indissolúveis entre Euclides e o sertão. A esse respeito, a *cena originária*, que marcou o entrelaçamento da vida e da obra do engenheiro-escritor com a *guerra do fim do mundo*, pode ser descrita, sumariamente, nos seguintes termos: Canudos, sertão da Bahia, dias 3 e 4 de março de 1897; as tropas federais, comandadas pelo tenente-coronel Antônio Moreira César (1850-1897), foram batidas pelos adeptos do *beato* Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), o *Conselheiro*, na refrega travada naquele arraial; o comandante da Expedição tombou mortalmente ferido; o seu corpo foi abandonado e os soldados debandaram – largando na caatinga os cadáveres dos companheiros, os feridos e farto material bélico. Estarrecido com a série de eventos, envolvido por uma

atmosfera de comoção nacional e ecoando a campanha de manipulação da opinião pública pelos órgãos da imprensa, Euclides produziu o ensaio intitulado “A nossa Vendéia”, publicado nas edições de 14 de março e 17 de julho de *O Estado de São Paulo*. No trabalho, estabeleceu analogias entre a revolta da Vendéia (1793-1796), na qual camponeses e nobres desta região francesa uniram-se contra os princípios da Revolução de 1789, e o episódio de Canudos. Assegurava que o homem e o solo justificavam a aproximação histórica expressa no título escolhido. Por conseguinte, assim como as massas rurais vendeianas, o fanatismo religioso que dominava as “almas ingênuas e simples” dos sertanejos era habilmente aproveitado pelos propagandistas da Restauração. Destacava que a “coragem bárbara e singular” de *chouans* e de *tabaréus* se aliava com um terreno impraticável, adverso às tropas federais. Mas, vaticinava: “A República, sairá triunfante desta última prova” (CUNHA, 2000, p. 48-52).

Ao estabelecer relações de identidade entre Canudos à Vendéia, Euclides mobilizou elementos do *imaginário social da Revolução Francesa*, conforme o autor da presente comunicação discutiu em um trabalho anterior (MOREIRA, 2009a). De toda sorte, o ensaio “A nossa Vendéia”, recheado de alusões referentes a naturalistas e viajantes que percorreram os sertões brasileiros, tais como Saint-Hilaire, Karl von Martius (1794-1868), Alexander von Humboldt (1769-1859) e Joaquim Caminhoá (1836-1896), foi decisivo para a contratação do engenheiro-escritor como correspondente de guerra de *O Estado de São Paulo*. Neste ponto, lembre-se que outros periódicos, a exemplo do *Diário de Notícias* e do *Jornal do Comércio*, adiantaram-se ao *Estado* e enviaram seus repórteres à região conflagrada, cobrindo com regularidade e publicando os principais acontecimentos a partir de julho e agosto de 1897. Assim como os colegas, o tenente reformado Euclides da Cunha era um correspondente *embedded* (nos termos do jargão utilizado durante a Guerra do Iraque, em 2003). Não obstante, desfrutava de posição invejável, posto ter sido inserido no estado-maior do Ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt (1840-1897), a pedido do proprietário do jornal paulistano, Júlio Mesquita (1862-1927). Por outro lado, Euclides assinou um contrato com a empresa jornalística, no qual se firmava que ele remeteria material da frente de batalha e tomaria notas para escrever “um trabalho de fôlego sobre Canudos e Antônio Conselheiro” – a ser publicado pelo *Estado* (CUNHA, 2000, p. 12-14).

Em 3 de agosto, no Rio de Janeiro, Euclides juntou-se ao *staff* do marechal e partiu para a Bahia, a bordo do navio *Espírito Santo*. Aportou em Salvador no dia 7 e permaneceu na capital baiana até 30 de agosto. À moda dos etnólogos, trazia consigo uma caderneta de campo, intitulada *A nossa Vendéia*: diário de uma expedição. No solo, expediu reportagens, remeteu telegramas e pesquisou acerca do Conselheiro e do seu arraial “na poeira dos arquivos” soteropolitanos. Preenchendo o vácuo de notícias diretas sobre a guerra, utilizou o tempo disponível para entrevistar autoridades, feridos e um prisioneiro sertanejo – um adolescente de prenome Agostinho (MOREIRA, 2009b, p. 209). Em 30 de agosto, Euclides seguiu da Estação da Calçada, com destino a Queimadas, na qual se localizava a parada de trens mais próxima de Canudos, e de lá seguiu para Monte Santo, base das operações militares, ali permanecendo até 13 de setembro. Finalmente, de acordo com o registro que fez na caderneta, chegou à *Tróia de taipa* às catorze horas do dia 16 de setembro. No dia 19, observou a “aldeia sagrada” pela primeira vez (CUNHA, 2000, p. 69-178; Id., 1975, p. 53-54).

No *front*, deparou-se com uma cidade semidestruída pelos bombardeios e com a sua população atormentada pela fome e pela sede (VENTURA, 2001, p. 91). Em 29 de setembro, na companhia do general Artur Oscar de Andrade Guimarães (1850-1903) e de outros oficiais, passeou pelas ruas de Canudos. Na caderneta, confessou o sentimento que o assaltava: “Não posso definir a comoção ao entrar no arraial” (CUNHA, 1975, p. 69). Horrorizou-se com as imagens dos cadáveres carbonizados dos sertanejos, ainda fumegando, “como piras sinistras”. Euclides testemunhou ao combate de 1º de outubro e admirou a “coragem estóica e incoercível” dos conselheiristas (Id., 2000, p. 199-221). Adoentado, provavelmente saiu do teatro das operações em 3 de outubro. Em suma, o correspondente de *O Estado de São Paulo* permaneceu em Canudos de meados de setembro aos primórdios de outubro. Portanto, não assistiu ao massacre dos prisioneiros, ao incêndio e à queda da cidade, à exumação do cadáver do Conselheiro e à descoberta dos seus manuscritos. As cenas em questão, ausentes das reportagens, foram sumariamente narradas em *Os Sertões* (VENTURA, 2003, p. 172-174).

De toda sorte, Euclides se defrontou com os fenômenos da memória e da oralidade sertanejas. Aqui, tem-se a síntese do desencontro entre as culturas das personagens em questão: de um lado, um intelectual, que se via como portador dos

valores da civilização urbana, litorânea, cosmopolita e científica; do outro, os informantes de Canudos, imersos em uma cultura rural, sertaneja, particularista e religiosa. Muitos dos equívocos de interpretação do engenheiro sobre a gente do *Belo Monte* e acerca do seu profeta decorreram da violenta colisão entre dois imaginários sociais radicalmente diferentes. Conforme assinalou Ventura (2001, p. 89, 93), o escritor caboclo criou uma imagem de Canudos como cidade iletrada, dominada por fanatismos e superstições transmitidos de forma oral. Dessa maneira, interpretou a guerra a partir de fontes orais, baseou-se em predições apocalípticas, que julgou serem da autoria de Antônio Conselheiro, para criar um retrato sombrio do líder carismático. A esse respeito, os poemas e as profecias apócrifas, encontradas nas ruínas do *Belo Monte*, constituíram o ponto de partida da visão euclidiana de Canudos como movimento messiânico. Em *Os Sertões*, o escritor construiu um modelo interpretativo para dar conta dos conflitos entre a sua própria cultura, letrada e urbana, e a cultura oral sertaneja, marcada pelo viés religioso. Não obstante, “procurou dar voz ao outro, objeto de seu discurso e inimigo de suas concepções políticas, ao incorporar textos destinados à oralização, produzidos segundo uma lógica mítica e religiosa que lhe era estranha”.

Na seqüência do presente trabalho, abordam-se determinadas ocasiões nas quais o engenheiro letrado estabeleceu contato direto com os informantes sertanejos, destacando-se dois encontros significativos: o primeiro, com o adolescente Agostinho; e o segundo, uma prisioneira anônima, interrogada no teatro das operações. No que se refere ao primeiro caso, embora suspeitasse das informações recebidas, o correspondente dependia tanto das fontes orais quanto das notícias impressas. Assim, relacionando-se com os testemunhos orais e as fontes jornalísticas, Euclides encontrava-se em palpos de aranha: por um lado, compreendia que tais evidências eram imprescindíveis para narrativa da guerra, mas, por outro, intuía o caráter pouco consistente das notícias veiculadas em *O Estado de São Paulo*. Dessa forma, utilizando-se das informações prestadas por um *arquivo vivo*, Euclides produziu a melhor das reportagens enviadas de Salvador: entrevista com Agostinho, realizada em 19 de agosto. No corpo do seu despacho, afiançou que o depoente respondeu com vivacidade e segurança a todas as perguntas. Desse modo, o menino descreveu nitidamente as figuras do estado-maior do Conselheiro, a exemplo de *João Abade, Pajeú, Vila-Nova, Pedrão, Macambira, Manoel Quadrado e Taramela*. Quanto ao instantâneo do *peregrino*, o

mesmo contrastava com o estereótipo presente no imaginário dos antagonistas do *Belo Monte*: “Ao invés de um rosto esquelético agravado no aspecto repugnante por uma cabeleira mal tratada onde fervilham vermes – emolduram-lhes a face magra e macerada cabelos caídos sobre os ombros, corredios e cuidados” (CUNHA, 2000, p. 105-108).

Assim, embora desconcertado com determinadas assertivas do informante, Euclides considerou o seu depoimento verídico e insofismável. Porém, o desfecho da entrevista trouxe surpresas ainda maiores para o enviado de *O Estado de São Paulo*.

Terminamos o longo interrogatório inquirindo acerca dos milagres do Conselheiro. Não os conhece, não os viu nunca, nunca ouviu dizer que ele fazia milagres. E ao replicar um dos circunstantes que aquele declarava que o *jagunço* morto em combate ressuscitara – negou ainda.

- Mas o que promete afinal ele aos que morrem?

A resposta foi absolutamente inesperada:

- Salvar a alma.

Essas revelações feitas diante de muitas testemunhas têm para mim um valor inestimável; não mentem, não sofismam, não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos rudes filhos do sertão (Ibid., p. 110-111).

O lugar dessa reportagem no conjunto dos textos euclidianos sobre a *guerra do fim do mundo* é relevante. Afinal, o prisioneiro forneceu detalhes precisos sobre os habitantes do arraial, o seu líder e alguns dos atores que gravitavam em torno do Conselheiro. Porém, em hipótese alguma, as informações de Agostinho corroboravam a imagem de Canudos como movimento sebastianista, messiânico ou milenarista – uma das fundações a partir das quais Euclides assentou a estupenda arquitetura de *Os Sertões*. Ao redigir o *livro vingador*, o engenheiro letrado provavelmente intuiu a ameaça representada pelo testemunho do rapaz. Assim, lançou mão dos registros anteriores de forma bastante seletiva. Por um lado, valeu-se dos perfis esboçados pelo mancebo para recriar uma cena na qual o estado-maior do *beato* participava do ritual do “beija” das imagens. Por outro, a representação estigmatizada do Conselheiro, reconstruída em *Os Sertões*, foi a do “gnóstico bronco”, do “anacoreta sombrio” – oposta ao retrato delineado pelo informante (Id., 2001, p. 255, 266, 312-314).

No caso da prisioneira canudense, a mesma apareceu na reportagem de 26 de setembro, uma das matérias escritas por Euclides diretamente do *front*, nas quais se pode divisar a crônica de guerra, responsável por confundir o papel do jornalista-

historiador com o da testemunha. Nas entrelinhas desses textos, emergiram as vozes dos vencidos – distorcidas, frágeis e quase imperceptíveis. Porém, muitos dos depoimentos foram extraídos dos prisioneiros em sessões de interrogatório, conduzidas pelos militares e testemunhadas pelo repórter. Em que pesem as deformações e os limites desse material, as vozes dos habitantes do *Belo Monte* e seus os testemunhos acerca da catástrofe da guerra em suas vidas foram incorporadas à narrativa euclidiana, conforme atestam as reportagens e os registros da caderneta do correspondente de *O Estado de São Paulo* (Id., 1975, p. 20-24).

Na matéria datada de 26 de setembro, a transcrição do interrogatório de uma prisioneira sertaneja aparece como um momento privilegiado. Nesse contexto, a inquirição surpreende, não somente pela altivez com a qual se comportou frente aos vencedores, mas pelo entrechoque das vozes dos argüidores e da interrogada – resultando em uma sensação de estranhamento. Na descrição euclidiana, a mulher aparecia como sendo de pequena estatura, rosto trigueiro, cabelos em desalinho, lábios finos e brancos, rugados por um riso doloroso, olhos vesgos, cintilantes. Ferida na mão por um golpe de sabre, essa personagem anônima da História foi questionada pelo general Artur Oscar, por outros oficiais e mesmo pelo correspondente de *O Estado de São Paulo* – nos termos que se seguem.

O chefe da comissão de engenharia julgou conveniente fazer-lhe algumas perguntas acerca do número de habitantes e condições da vida, em Canudos.

– Há muita gente aí, em Canudos?

- E eu sei?... Eu não vivo *navegando na casa* dos outros. *Está com muitos dias* que ninguém sai por via das peças. E eu sei contar? Só conto até quarenta e *rola o tempo* pra contar a gente de Belo Monte.

- O Conselheiro tem recebido algum auxílio de fora, munições, armas?...

- E eu sei? Mas porém em Belo Monte não *manca* [...] arma nem gente pra brigar.

– Onde estava seu marido quando foi morto?

Esta pergunta foi feita por mim e em má hora a fiz. Fulminou-me com o olhar.

- *E eu sei?* Então querem saber de tudo, do *miúdo e do grande*. Que extremos!...

[...] – Tem morrido muita gente aí?

- *E eu sei?*...

Este *e eu sei?* é o início das respostas obrigatórias de todos; surge espontaneamente, infalivelmente, numa toada monótona, encimando todos os períodos, cortando persistentemente todas as frases.

– Fugiram muitos jagunços hoje, no combate?

- E eu sei? Meu marido foi morto por *um lote de soldados* quando saía; o mesmo tiro que quebrou o braço de meu filho de colo... Fiquei *estatalada*, não vi nada... este sangue aqui é do meu filho, o que eu queria era ficar lá também, morta...

E assim vão torcendo e evitando a todas as perguntas, fugindo vitoriosamente ao interrogatório mais habilmente feito. E que as interrogativas assediam-nos demais, inflexivelmente, quando não é mais possível tergiversar, lá surge o infalível – *e eu sei?* tradução bizarra de todas as negativas, eufemismo interessante substituindo o *não* claro, positivo (Id., 2000, p. 187-189).

Refletindo sobre o inusitado fenômeno, o correspondente não deixou passar despercebida uma das marcas da oralidade sertaneja, assinalando na sua caderneta: “Outro sistema interessante: respondem a uma pergunta com outra. No diálogo as interrogações entrecrocavam-se de lado a lado, de um modo bizarro sendo difícil distinguir o que interroga do que responde” (Id., 1975, p. 65). Aqui, o processo aludido recorda um comentário de Ginzburg (1996, p. 113-114) sobre as astúcias dialéticas do moleiro Domenico Scandella, afrontando a Inquisição: “Os papéis de inverteram provisoriamente, Menocchio tomou a iniciativa e tentou convencer o juiz [...] Quem representa o papel da cultura dominante? E quem representa a cultura popular? Não é fácil responder”. Retomando o fio da meada, destaque-se que, no corpo de *Os Sertões*, o diálogo travado entre a indômita prisioneira e os militares foi mutilado, condensado em uma página. Não obstante, Euclides revelou algo fundamental, omitido na reportagem de 26 de setembro: “Aquela mulher, aquele demônio de anáguas, aquela bruxa agourenta da vitória próxima – foi degolada...” (CUNHA, 2001, p. 732-734).

Nas páginas da caderneta de campo encontram-se fragmentos das vozes sertanejas, informando acerca da história e do cotidiano do *Belo Monte*. Esse conjunto de dados estilhaçados possibilita, ainda, remontar o quebra-cabeça de um dos episódios capitais da guerra: a rendição de centenas de mulheres, idosos e crianças, negociada por Antônio *Beatinho*, em 2 de outubro. Além da importância desse evento no contexto do epílogo da luta, o acontecimento remete-se a uma das polêmicas que envolvem a presença de Euclides em Canudos: a data da sua retirada do cenário da guerra. As anotações indicam que é bastante provável o repórter estar presente em um dos interrogatórios aos quais foi submetido o devoto e na entrega dos prisioneiros às tropas

federais ou, na pior das hipóteses, ter acesso aos registros de alguma testemunha privilegiada desses eventos. O cotejo entre essas notas e o texto de *Os Sertões* possibilita identificar – em meio ao emaranhado de sons – a voz do zelador das imagens sacras, falando aos militares acerca das dificuldades enfrentadas para convencer os companheiros a se entregarem: “Trabaei cuma porção promode eles virem e eles não vem. Tem um bando lá que não querem. [...] Eles andaram em tempo de me atirá por q. eu não brigava. [...] São de uma opinião danada [...]” (Id., 1975, p. 23-24). Sob essa perspectiva, o auxiliar do profeta talvez tenha fornecido uma pista sobre a sua *quase biografia*: “Eu era beato do Padre José Vieira Sampaio – Riacho da Casa Nova, voltemos depois p’ra St.<sup>a</sup> Anna” (Ibid., p. 22). Não se deve desprezar, ainda, a possibilidade que também partisse do sacristão o esclarecimento sobre a morte do *Bom Jesus*: “Conselheiro morrera quarta-feira 22 de setembro. Foi de doença. Foi enterrado encostado ao Santuário ou dentro do próprio santuário. Houve grande choro na quarta-feira quando morreu Conselheiro” (Ibid.).

Portanto, as contribuições do *Diário de uma expedição* e da *Caderneta de campo* para a construção da narrativa euclidiana da guerra são insofismáveis, pois documentam as mudanças de perspectiva do autor e a progressiva alteração do enredo orientava o “trabalho de fôlego” sobre Canudos e Antônio Conselheiro. Na frente de batalha, em contato com o sertão e frente à memória e à tradição oral sertaneja, o engenheiro-letrado notou a discrepância entre os acontecimentos testemunhados e os da Vendéia. Progressivamente, transitou de uma idéia preconcebida para um estado de perplexidade e desalento. A esse respeito, não é demasiado insistir que esses textos atestam o horror de Euclides frente à destruição da guerra e a falência da moldura referencial sobre a qual havia vazado a sua interpretação acerca do conflito nos sertões. Assim, Villa (2002, p. 38-39) destacou que, nos textos aqui discutidos, salta aos olhos as modificações na abordagem do objeto, as mudanças no julgamento de certas personagens e a omissão da degola dos prisioneiros canudenses. Por outro lado, as críticas à República quase não apareceram nas matérias, mas estão presentes em diversos momentos da obra maior de Euclides. Acrescente-se, ainda: nas matérias jornalísticas, raramente o tema Canudos foi tratada pelo viés racial, enquanto que em *Os Sertões* esse é o enfoque dominante. Finalmente, os conselheiristas entrevistados não fizeram nenhuma menção ao sebastianismo, messianismo ou milenarismo. “O que o próprio repórter apresentou foi

uma luta de resistência, como poucas na história do Brasil, em defesa de uma comunidade fundada com base na tradição cristã e sertaneja”.

No corpo do livro vingador, Euclides caracterizou o sertão de Canudos como *terra ignota*, um claro expressivo, uma espécie de hiato, um estranho território que, localizado a menos de quarenta léguas da antiga metrópole, “predestinava-se a atravessar absolutamente esquecido os quatrocentos anos da nossa história” (CUNHA, 2001, p. 80-81). Comprazendo-se em um jogo de antíteses, o autor esmerou-se em aprisionar o leitor em uma rede inextricável de sentidos ambíguos – tal qual a natureza dos sertões, que contribuiu, decisivamente, para recriação literária. “Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes...” (Ibid., p. 134). Assim, o autor caracterizou “os sertões do Norte”, destacando estar o viajante, naquelas paragens, frente a uma categoria geográfica que Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) esquecerá de citar. Por conseguinte, os sertões de Euclides oscilam entres imagens do Céu e do Inferno. Às vezes, “o sertão é um paraíso... [...] o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono” (Ibid., p. 130, 135). Porém, na maior parte do tempo, o sertão é região selvagem, *desertus australis, silva horrida*, coberta de plantas diabolicamente eriçadas de espinhos, a exemplo das *palmatórias-do-inferno*. Em suma: “O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior., mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida. Nasce do martírio secular da Terra...” (Ibid., p. 102, 125, 147).

No que toca ao sertanejo, esta personagem do interior brasileiro, foi adjetivado pelo escritor como “antes de tudo, um forte” e caracterizado a partir do oxímoro *Hércules-Quasímodo* (a mais perfeita tradução das relações de identidade entre a Terra e o Homem e do infernal jogo de antíteses, praticado pelo autor de *os Sertões*). A partir de tais premissas, a sociedade erigida nos sertão aparecia marcada pelo seu caráter arcaico, atávico, primitivo e retrógrado – em descompasso com os padrões evolutivos da *civilização de empréstimo* litorânea.

Caldeadas a índole aventureira do colono e impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes proporcionou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante as novas exigências da vida. – E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até o fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore belíssimo de rimas de três séculos... (Ibid., p. 190).

Os procedimentos literários, anteriormente referidos, continham um ardil engendrado por Euclides, que consistia em deslocar o sertão para fora do tempo e do espaço da civilização ocidental. Assim, ao escrever sobre a *terra ignota*, equiparava-se a um pioneiro naquela “região remansada da ciência”, naquele estranho território, que estava predestinado a cumprir quatrocentos anos no mais absoluto esquecimento (Ibid., p. 80-81, 522). Conforme sublinhou Ventura (1998, p. 134-135, 146), essa estratégia discursiva também esteve presente em outros textos euclidianos – tais como os ensaios sobre a Amazônia, reunidos em *Contrastes e confrontos* (1907) e *À margem da história* (1909). Segundo o crítico literário, os sertões, fossem os nordestinos ou os amazônicos, eram vistos pelo escritor caboclo como desertos, espaços fora da escrita. A partir dessa ótica, selva e sertão eram desertos devido ao seu isolamento geográfico, à população rarefeita e, sobretudo, por serem territórios ainda não explorados pela ciência – evitados pelos viajantes e excluídos dos mapas pelos cartógrafos. Portanto, explorando a caatinga e a floresta, resgatando o sertanejo do esquecimento, o narrador-viajante buscava integrar os sertões à escrita da história, cujos limites e fronteiras estavam em contínua expansão. “Povoar, colonizar e escriturar são os instrumentos de tal transplante da civilização para os territórios bárbaros. Fora da escrita e da história, não há salvação: só existe o deserto”.

Essa hipótese de trabalho possibilita situar os textos euclidianos no âmbito da escrita da história ocidental, conforme as observações formuladas por Certeau (1982, p. 09-10), ao discutir o sentido da empresa de conquista e de colonização da América pelos europeus. Definida pelo historiador francês como “o estudo da escrita como prática histórica”, essa modalidade de escritura opera a partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um *querer escrever* e um *corpo escrito* (ou a escrever), que fabrica a história ocidental. “É a *escrita conquistadora*. Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transformará o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção.” Portanto, conjugando os papéis de correspondente de guerra, testemunha de um crime, etnólogo, historiador e escritor, Euclides acreditava estar inscrevendo o sertão brasileiro no tempo-espaço da civilização ocidental, grafando, indelevelmente, o nome da *Tróia de taipa dos jagunços* nos anais da História Universal.

Para concluir, algumas questões a respeito dos vínculos entre sertão, memória e oralidade na obra de Euclides da Cunha podem ser dispostas, a partir de pistas sugeridas por alguns historiadores contemporâneos. Assim, Burke (2000, p. 72) advertiu que os amantes de Clio se interessam (ou devem se interessar) por aspectos relacionados à memória social. Conforme o estudioso britânico, os historiadores têm de estudar a memória como fonte histórica, elaborando uma crítica da confiabilidade da reminiscência, no teor da análise tradicional dos documentos históricos. Na verdade, realça, este empreendimento já se encontra em curso, desde a década de 1960, na medida em que a comunidade dos historiadores percebeu a relevância da história oral. Assim, mesmo os que se debruçaram sobre períodos anteriores têm alguma coisa a aprender com o movimento da história oral, pois devem estar conscientes dos testemunhos e das tradições orais embutidos em muitos registros históricos. Aqui, tem-se um fio condutor para guiar os incautos que se embrenham nas áridas paisagens da construção narrativa de *Os Sertões*.

Mas, algo ainda pode ser dito sobre o problema, já que as implicações deduzidas das inferências estabelecidas por Ginzburg (2007, p. 280-293) entre os ofícios do inquisidor e do antropólogo são ainda mais instigantes. Partindo da premissa segundo a qual mesmo os pesquisadores de sociedades muito mais antigas (a exemplo da Europa medieval e moderna), que legaram uma enorme quantidade de documentos escritos, utilizam-se, muitas vezes, de testemunhos orais – mais precisamente, de registros escritos de testemunhos orais –, o autor sugeriu a comparação entre atos processuais de tribunais eclesiásticos ou laicos com os cadernos de notas de um antropólogo em que tenha sido registrado um trabalho de campo realizado há séculos atrás. Com base na relação entre inquisidores e antropólogos – e também entre réus e “indígenas” –, o historiador italiano assinalou que determinados grupos sociais ou sexuais (a exemplo dos camponeses e das mulheres), representados de uma maneira geralmente inadequada nas fontes oficiais, poderiam ser estudados através dos “arquivos da repressão”, pois eles proporcionam testemunhos particularmente ricos sobre essas pessoas. No ponto discutido, a analogia entre inquisidores e antropólogos (e historiadores) revela implicações ambíguas: “As fugidias confissões que os inquisidores tentavam arrancar dos acusados proporcionam ao pesquisador as informações que ele busca – claro que com um objetivo totalmente diferente” (Ibid., p. 283). Paradoxalmente, o impulso dos

inquisidores na busca da verdade (a verdade deles, naturalmente) legou aos historiadores uma documentação bastante rica, mas profundamente distorcida pelas pressões físicas e psicológicas que caracterizavam os processos de feitiçaria.

Sob essa perspectiva, um raciocínio análogo poderia ser aplicado a Euclides e os militares que interrogaram os sertanejos aprisionados? Por outro lado, não é insólito que os historiadores coloquem para as fontes relacionadas à *guerra do fim do mundo* questões muito similares às aquelas formuladas pelos oficiais para a anônima cabocla? Enfim, qual era a população do *Belo Monte*? Como viviam os seus habitantes? Quantos morreram no conflito? E quantos sobreviveram? Será que, não obstante a identificação emocional para com os vencidos, de um ponto de vista cognitivo, os historiadores se distinguem radicalmente dos inquisidores ou dos militares?

## Referências

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

BURKE, Peter. História como memória social. In: \_\_\_\_\_. **Varieties de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CUNHA, Euclides da. **Caderneta de Campo**. São Paulo: Cultrix, 1975.

\_\_\_\_\_. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões** (Campanha de Canudos). São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Poesia reunida**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. O inquisidor como antropólogo. In: \_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. p. 280-293.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ: UCAM, 1999.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **E Canudos era a Vendéia...** O imaginário da Revolução Francesa na construção da narrativa de *Os Sertões*. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. Euclides da Cunha na Bahia: imagens do litoral e do sertão nas reportagens do correspondente de guerra de *O Estado de São Paulo*. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira; CASTELLUCCI, JUNIOR, Wellington. **Capítulos de História da Bahia**: novos enfoques, novas abordagens. São Paulo: Annablume, 2009, p. 205-214.

VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 133-147, jul. 1998.

\_\_\_\_\_. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. In: ABDALA JR., Benjamin; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Orgs.). **Canudos**: palavra de Deus sonho da terra. São Paulo: SENAC; Boitempo, 2001. p. 89-99.

\_\_\_\_\_. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

VILLA, Marco Antonio. O “Diário de uma Expedição” e a construção de *Os sertões*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Os sertões de Euclides da Cunha**: releituras e diálogos. São Paulo: UNESP, 2002. p. 11-39.